

Conferência da Primavera “Pequenas e Médias Empresas”
Assembleia da República
Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia

Contribuição do CRUP por Prof. Doutor Joaquim Costa Leite, Vice-Reitor da Universidade de Aveiro

A estrutura do tecido empresarial nacional, com uma clara predominância de PME, coloca um conjunto específico de desafios, em termos de gestão, produtividade e competitividade. Desafios que devem ser enquadrados pelo posicionamento que se pretenda para Portugal nos contextos europeu, atlântico e global, e pela dinâmica das relações internacionais, não apenas associada à emergência de novas potências mundiais, mas também a alterações regionais como o alargamento a Leste, na Europa, e aos percursos individuais dos países da lusofonia.

O trajecto para uma sociedade que utiliza mais intensivamente o conhecimento tem sido sustentado, de forma significativa, pela crescente liberdade e rapidez de circulação de pessoas, informação, capital e bens. Este processo de globalização vem alterando, de forma visível e imediata, os padrões de competitividade e de atractividade de empresas e regiões.

A dimensão e características da economia portuguesa apontam, claramente, para a necessidade de estratégias de competitividade baseadas na inovação, qualidade e diferenciação, ao invés de estratégias de competição em mercados que serão facilmente dominados por estratégias de produção e de disponibilização, em massa, de bens e serviços.

Assim, torna-se necessário olhar para o processo de inovação, de forma integrada, substituindo um olhar que tende a analisar separadamente cada actor e cada componente, espartilhando políticas e estratégias. O conceito de inovação, bem como os recursos limitados de que dispomos, assim o exigem. Não é possível, nem seria razoável, replicar instrumentos e investimentos.

Portugal é um dos países que mais rapidamente absorve novos produtos tecnológicos, e que, num reduzido intervalo de tempo, conseguiu massificar o acesso da população às tecnologias de informação e de comunicação. Mas tal é manifestamente insuficiente para passar à condição de agentes inovadores e fortemente competitivos.

Não considerando adequado, aqui, abordar aspectos sectoriais ou de detalhe, optou-se por uma perspectiva estrutural e pelo papel das Universidades neste domínio.

Inovação requer pessoas e organizações preparadas e meios materiais e financeiros adequados.

É dito, recorrentemente, que as pessoas são os principais activos das organizações. Ora a população portuguesa, apesar do esforço desenvolvido nas últimas décadas, está ainda longe de ter um nível de formação comparável ao dos seus principais parceiros internacionais. Tal facto constitui uma séria limitação à competitividade, pelo que a alteração deste padrão deve ser considerada uma prioridade nacional. A urgência impõe uma actuação diferenciada em relação aos que ainda estão no percurso normal de formação e em relação a quem já está no mercado de trabalho.

O desenvolvimento de uma cultura e atitude de inovação é um dos elementos críticos para a promoção de uma competitividade sustentada. A capacidade de crítica e auto-crítica, a abertura a novas ideias e diferentes opiniões, a capacidade de constituir e liderar equipas pluridisciplinares, a compreensão do insucesso e a gestão do risco são características imprescindíveis. O sistema de ensino, do básico ao universitário, tem um papel fundamental, devendo permitir o desenvolvimento e a apropriação de uma atitude de inovação. Atitude que deverá ser suportada por um robusto desenvolvimento do conhecimento e de outras competências propiciadoras da sua eficaz utilização.

As Universidades devem estar atentas às necessidades do mercado de trabalho, na concepção das ofertas de formação mas não devem ter uma perspectiva imediatista. Ceder ao imediatismo, ao curto prazo, é limitar as

perspectivas de um sucesso duradouro. O objectivo não deve ser formar “apenas” trabalhadores para os empregos do momento, mas formar pessoas qualificadas, com conhecimentos e iniciativa, para acompanhar de forma criativa a evolução da economia e da sociedade.

As Universidades, como agentes de formação avançada (inicial e de forma continuada ao longo da vida) têm contribuído de forma significativa para a qualificação dos portugueses, acolhendo cada vez mais e mais diversos públicos. A título de exemplo, a Universidade de Aveiro assume-se como uma rede de formação, permitindo percursos flexíveis e de diferentes níveis, adequados aos públicos que a procuram e com forte ligação à região e ao país, sem prescindir da necessária inserção num espaço internacional. A actual oferta inclui cursos de especialização tecnológica, formação universitária e formação politécnica, licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

A importância das PME na estrutura económica portuguesa merece especial atenção pelas suas limitações organizativas, de capital e recursos humanos. É verdade que o movimento associativo empresarial, de base nacional, regional ou sectorial, contribui para atenuar essas limitações, mas não será com certeza suficiente. O desenvolvimento de redes colaborativas, envolvendo parcerias entre actores empresariais e instituições de ensino superior e de investigação, proporciona oportunidades de aproveitamento de competências distintas e complementares, sem a multiplicação de gastos de infra-estrutura. O estímulo conferido pelas políticas governamentais à criação de pólos de competitividade e de parques de ciência e inovação são passos positivos neste sentido. No entanto, haverá ainda muito caminho para explorar, aproveitando designadamente o facto de as Universidades serem das organizações com maior grau de internacionalização.

A Universidade de Aveiro tem um longo historial, que remonta à sua criação em 1973, de cooperação regional, com empresas, com autarquias e com diversas associações. Esta intensa actividade de cooperação sempre foi entendida como parte indissociável da sua missão de serviço público; mas que ao mesmo tempo beneficiando das actividades de formação e de investigação também para elas contribui. Neste momento está em curso o projecto de criação de um Parque de Ciência e Inovação, contíguo ao Campus universitário, que envolve designadamente as autarquias da região e um conjunto alargado de empresas e associações, reforçando este papel de parceiro para a inovação e para a competitividade.

Do que já foi dito perpassa a importância de direccionar e utilizar, de forma adequada, os meios financeiros e outros instrumentos de política. Importa aqui referir que, neste domínio, e à semelhança do que acontece em muitos outros países europeus, o investimento privado em investigação e desenvolvimento é, ainda, claramente insuficiente. O papel dos actores privados deve ser essencial na promoção da competitividade. Por seu turno, as políticas públicas e os instrumentos de apoio à formação avançada, à investigação e à cooperação devem ter uma forte coordenação. Em áreas identificadas como prioritárias, e que requeiram infra-estruturas científicas e tecnológicas significativas, é fundamental garantir a necessária disponibilidade desses meios, seja no território nacional, seja através de acordos internacionais.

Em todas estas áreas, de forma mais ou menos próxima, as instituições de Ensino Superior têm um papel a desempenhar. Para tal é imprescindível reforçar a aposta nas Universidades, reconhecendo a sua especificidade e mais-valia, designadamente por serem capazes de integrar formação, investigação e cooperação.

O documento da União Europeia, “E U R O P E 2 0 2 0: A European strategy for smart, sustainable and inclusive growth” estabelece cinco objectivos:

The Commission is proposing five measurable EU targets for 2020 that will steer the process and be translated into national targets: for employment; for research and innovation; for climate change and energy; for education; and for combating poverty. They represent the direction we should take and will mean we can measure our success.

Para além das actividades que as universidades exercem, por iniciativa própria, importa que as instituições portuguesas, incluindo a Assembleia da República, promovam as condições para o melhor aproveitamento das oportunidades criadas no quadro de referência da Europa comunitária. Esta iniciativa poderá ser um importante passo nesse sentido.